

LEI Nº 472, DE 22 DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre a criação do “PASSE PARA AS ARTES”, para os alunos da Companhia da Dança – Corpo São, da Escola Livre de Teatro, do COROLIDO – Coral Infante Juvenil da Secretaria Municipal da Cultura, e para os integrantes da Banda Marcial da Guarda Mirim.

Publicada no Jornal São José dos Pinhais Metrópole
Em, 25.10.2003

A Câmara Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo criar o “PASSE PARA AS ARTES”, destinado exclusivamente ao transporte dos alunos regularmente matriculados nos cursos ou oficinas de dança, teatro e canto da Companhia da Dança – Corpo São, da Escola Livre de Teatro e do COROLIDO - Coral Infante Juvenil da Secretaria Municipal da Cultura, criados pelos Decretos Nºs. 152, 153 e 154/2000, bem como dos integrantes da Banda Marcial da Guarda Mirim de São José dos Pinhais.

Art. 2º O município subvencionará o correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do “PASSE PARA AS ARTES”, que corresponde a 01 (um) vale transporte.

Parágrafo único. O valor correspondente aos 50% (cinquenta por cento) restantes, deverão ser pagos pelos alunos e integrantes da Banda Marcial ou seus representantes.

Art. 3º Para fazer jus ao “PASSE PARA AS ARTES” de que trata o caput do artigo 1º, o aluno e o integrante da Banda Marcial deverão residir a mais de 1500 metros do local onde é realizado o curso ou a oficina na qual esteja matriculado, ou do local do ensaio da Banda, e comprovar renda própria ou familiar, conforme o caso, igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos.

Art. 4º Para a obtenção do “PASSE PARA AS ARTES”, o aluno e o integrante da Banda Marcial deverão cadastrar-se na Secretaria Municipal da Cultura, mediante o preenchimento de formulário próprio subscrito pelo próprio aluno ou integrante da Banda, caso tenham idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, ou por seus responsáveis legais, em se tratando de pessoa com idade inferior à supra mencionada, instruído com a seguinte documentação:

I – prova de identidade reconhecida pela legislação federal, do aluno e do integrante da Banda Marcial ou dos seus representantes legais, conforme o caso;

II – comprovante atualizado de residência do aluno e do integrante da Banda Marcial ou dos seus representantes legais, conforme o caso;

III – comprovante de rendimento do aluno e do integrante da Banca Marcial e/ou de seus representantes legais, conforme o caso, bem como de seus familiares devidamente atualizado.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal poderá realizar investigações sócio-econômicas da família do aluno e do integrante da Banda Marcial solicitantes do “PASSE PARA AS ARTES”, de modo a verificar a veracidade das informações prestadas.

Art. 5º Para fins de cadastramento previsto nesta Lei, ficam estabelecidos os seguintes entendimentos:

I – familiares: o pai, a mãe, irmão ou qualquer outro parente afim, que resida na mesma moradia, ou do qual o aluno ou o integrante da Banda Marcial sejam dependentes;

II – responsável legal: o pai, a mãe, o tutor, o curador ou qualquer pessoa que detenha, por ordem judicial, a posse, guarda e responsabilidade do menor, nos termos da legislação civil;

III – prova de identidade: a Certidão de Nascimento, Cédula de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social e os demais documentos a eles equiparados;

IV – comprovante de residência: talão de luz, de imposto predial, de conta telefônica ou declaração subscrita por duas testemunhas, com firma reconhecida em cartório; e

V – comprovante de rendimentos:

a) para aqueles que prestam serviços com vínculo empregatício, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, envelope de pagamento ou declaração firmada pelo empregador, com firma reconhecida em cartório, onde conste o total da remuneração percebida; e,

b) para aqueles que exercem atividades em caráter autônomo, declaração assinada pelo aluno ou pelo integrante da Banda Marcial, ou por seus responsáveis legais, subscrito por duas testemunhas, com firma reconhecida, da qual conste a remuneração total.

Art. 6º Cada aluno ou integrante da Banda Marcial receberá 02 (dois) vales transportes por dia letivo, conforme calendário oficial da Secretaria Municipal da Cultura, até o limite de 03 (três) dias por semana.

Art. 7º A utilização do “PASSE PARA AS ARTES” será exclusivamente para as linhas do transporte coletivo urbano de passageiros em São José dos Pinhais.

Parágrafo único. O recebimento indevido do “PASSE PARA AS ARTES”, importará ao aluno e ao integrante da Banda Marcial ou ao seus representantes legais, ou a ambos, conforme o caso, a obrigação de ressarcir à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, a totalidade da quantia equivalente, de acordo com as tarifas vigentes à época do ressarcimento, além de outras cominações cabíveis.

Art. 8º Os “PASSES PARA AS ARTES” serão vendidos aos credenciados, em quantidade correspondente ao número de dias letivos no bimestre, por uma das empresas de transporte coletivo urbano de São José dos Pinhais, conforme o Bairro em que reside o aluno ou o integrante da Banda Marcial, após a emissão pela Secretaria Municipal da Cultura, da respectiva listagem contendo o nome dos beneficiários.

§ 1º Os “PASSES PARA AS ARTES” serão personalizados, com coloração diferenciada para evitar a sua utilização indevida.

§ 2º Os alunos e integrantes da Banda Marcial beneficiados tomarão ciência da contemplação do “PASSE PARA AS ARTES” através de listagem que ficará exposta na Secretaria Municipal da Cultura.

§ 3º A cada bimestre letivo, a Secretaria Municipal da Cultura apresentará a relação dos alunos e integrantes da Banda Marcial a serem contemplados no bimestre seguinte, observando-se criteriosamente a frequência dos mesmos.

Art. 9º Para não ter suspenso o direito ao “PASSE PARA AS ARTES”, o aluno e o integrante da Banda Marcial poderão ter, no máximo, 02 (duas) faltas no bimestre, salvo motivo de força maior, devidamente comprovada.

Parágrafo único. O aluno ou o integrante da Banda Marcial reconquistarão o direito ao “PASSE PARA AS ARTES” suspenso, se no bimestre seguinte ao que originou a suspensão, não tiverem nenhuma falta.

Art. 10. Ficam o aluno e o integrante da Banda Marcial ou seus responsáveis legais, obrigados a apresentar na Secretaria Municipal da Cultura, a cada início de semestre, os documentos aludidos nos incisos II e III do Artigo 4º desta Lei.

Art. 11. Serão excluídos do Programa do “PASSE PARA AS ARTES” o aluno ou o integrante da Banda Marcial que por si ou por seus representantes legais prestarem informações ou documentações inverídicas no sentido de ludibriar a concessão do benefício, bem como se for verificado a não utilização devida do “PASSE PARA AS ARTES”, por qualquer motivo, sem justificativa comprovada.

Art. 12. A desistência injustificada do curso ou oficina, ou saída da Banda Marcial, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal da Cultura, implicará a exclusão do aluno ou do integrante da Banda do Programa do “PASSE PARA AS ARTES”.

Art. 13. O aluno matriculado em mais de um curso ou oficina só poderá receber o “PASSE PARA AS ARTES” para frequentar um deles.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, 22 de outubro de 2003.

Luiz Carlos Setim
Prefeito Municipal

André Luiz Sada
Secretário Municipal de Cultura